



# PLANO ESTADUAL DA **JUVENTUDE DO PARANÁ**



COORDENADORIA DA  
**JUVENTUDE**

SECRETARIA DA JUSTIÇA,  
FAMÍLIA E TRABALHO



SECRETARIA DA JUSTIÇA,  
FAMÍLIA E TRABALHO



## **GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**

Carlos Massa Ratinho Junior

## **CASA CIVIL**

Guto Silva

## **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA FAMILIA E TRABALHO**

Ney Leprevost

## **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ**

Carlos Alberto Gebrin Preto

## **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Coronel Romulo Marinho Soares

## **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**

Renato Feder

## **SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA**

João Evaristo Debiasi

## **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES**

Valdemar Bernardo Jorge

## **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**

Norberto Ortigara

## **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Sandro Alex

## **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Renê de Oliveira Garcia Júnior

## **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA**

Marcel Henrique Micheletto

## **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENVÉL E DO TURISMO**

Marcio Nunes

## **SECRETARIA DE ESTADO DA SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

Adalmo Nelson Bona

## **PROCURADORA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ**

Leticia Ferreira da Silva

## **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ**

Cássio Lisandro Telles

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

José Laurindo de Souza Netto

## **MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

Gilberto Giacoia

# CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE

## **PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE:**

Marcos Willian Loiola da Costa

## **VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE:**

Douglas Fontana Miranda

## **SECRETÁRIO EXECUTIVO:**

Murilo Luiz Lazarotto

## **CADEIRAS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

### **I - CADEIRA DE MOVIMENTOS ESTUDANTIS**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Marcos Willian Loiola da Costa

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Diego Henrique da Silva Alves

### **II - CADEIRA DE JUVENTUDES DE PARTIDOS POLÍTICOS**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Luana Florentino Fonseca

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Andre Avelino da Silva

### **III - CADEIRA DOS MOVIMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Carlos Eduardo Carvalho

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Luiz Fernando Obladen Pujol

### **IV - CADEIRA DO MOVIMENTO ÉTNICO RACIAL E PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Pamela Frigo Padovan

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Daniel Silva Maciel

### **V - CADEIRA DO MOVIMENTO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Wenik Marinho Felix

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Lucas Siqueira Dionísio

### **VI - CADEIRA DA JUVENTUDE DO MEIO RURAL**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Alexandre Leal dos Santos

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Daiane Kielt da Silva

### **VII - CADEIRA DOS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Glauber Teles Afonso Xavier

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Ricardo Rodrigues Figueiredo

## **VIII - CADEIRA DA REGIONAL DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Alyson Costa Fernandes

## **IX - CADEIRA DA REGIONAL DE MARINGÁ**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Pedro Artur Saraiva Muniz

## **X - CADEIRA DA REGIONAL DE LONDRINA**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Guilherme Cipriano Meurer

## **XI - CADEIRA DA REGIONAL SUL, SUDESTE E CENTRO ORIENTAL**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Gustavo Ramos Schuindt

## **XII - CADEIRA DA REGIONAL OESTE, SUDOESTE E LARANJEIRAS**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a entidade titular:  
Yuri Steffann Borges Golfetto

Nome do(a) conselheiro(a) suplente indicado(a) pela entidade titular:  
Adriana Aparecida da Cunha

## **CADEIRAS DAS REPRESENTAÇÕES DOS PODERES PÚBLICOS ESTADUAIS:**

### **I - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a indicação da cadeira da Coordenação: Larissa Marsolik

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a indicação da cadeira da Coordenação: Sandro Samuel Pinto Tives

### **II - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE - SEED**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Lucélio Helder Cherubin

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Regina Célia Vitório

### **III - SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Jonatas Sena Ribeiro

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Carlos Eduardo Martins

### **IV - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Marisa da Costa

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Fernanda Pietrangelo Merlino

### **V - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
João Marcos Feitoza

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Andressa Cristiny da Silva

## **VI - SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO - SEJUF**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Douglas Fontana Miranda

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria: Leonardo Xavier

## **VII - SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO - SEJUF**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Alex Sandro da Silva

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Aline Ferreira Pimentel

## **VIII - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SESP**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Renata Himosvki Torres

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Ana Alice Santos Bueno

## **IX - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Rogério César Nogueira

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Emanuel de Lima Cavalari

## **X - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA - SECC**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Jackline Broco

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Gabriel Queiroz de Almeida

## **XI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Secretaria:  
Fábio Cristian de Souza Jardim

Nome do(a) conselheiro(a) suplente que representa a Secretaria:  
Alessandra Cristina de Moraes Gama

## **XII - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ - ALEP**

Nome do(a) conselheiro(a) titular que representa a Assembleia:  
Roberta Picussa

# PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE DO PARANÁ

Elaboração: Assessoria Técnica de Políticas para a Juventude

## ORGANIZAÇÃO E REVISÃO:

Alex Sandro da Silva - Centro de Socioeducação Fazenda Rio Grande  
Departamento de Atendimento Socioeducativo - SEJUF

Jaqueline L. S Jungles, Residente técnica - Assessoria Técnica de Políticas  
para a Juventude - SEJUF

Luana Florentino Fonseca - Cadeira de Partidos Políticos - Juventude  
Socialista Brasileira

Marisa da Costa - Divisão de Atenção à Saúde da Criança e do  
Adolescente - Secretaria de Estado da Saúde - SESA

Renata Himovski Torres - Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP

## GRUPO DE APOIO:

Marcos Willian Loiola da Costa - Sociedade de Integração dos Estudantes  
Paranaenses - SIEP

Regina Célia Vitória, Técnico-Pedagógica - SEED/DEDUC/DEDIDH/EDH  
Departamento de Diversidade e Direitos Humanos

Ticyana Paula Begnini - Departamento de Assistência Social - Secretaria de  
Estado da Justiça, Família e Trabalho - DAS/SEJUF

Nathália Gonçalves Prado - Assessoria de Comunicação - Secretaria de  
Estado da Justiça, Família e Trabalho - ASCOM/SEJUF

## SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA FAMILIA E TRABALHO:

Assessoria Técnica de Políticas para a Juventude  
Apoio técnico Colaboradores:

Aline Ferreira Pimentel

Douglas Fontana Miranda

Jaqueline L. S Jungles

Kaio Matheus Heidecke

Leonardo Xavier

Letícia Dams Bertoli

Murilo Luiz Lazarotto

## LISTA DE SIGLAS

- AIH:** Autorização de Internação Hospitalar
- CAPE:** Centro de Análise, Planejamento e Estatística
- CISA:** Centro de Informações sobre Saúde e Álcool
- CONJUVE:** Conselho Nacional de Juventude
- CPJ:** Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude
- DETRAN:** Departamento Estadual de Trânsito
- DO:** Declaração de Óbito
- ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IML:** Instituto Médico Legal
- IPARDES:** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IVJ:** Índice de Vulnerabilidade juvenil
- OMS:** Organização Mundial da Saúde
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- PMAJ:** Programa Mundial de Ação para a Juventude
- PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- SEAB:** Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
- SECC:** Secretaria da Comunicação Social da Cultura
- SEED:** Secretaria de Estado da Educação
- SEJUF:** Secretaria de Justiça, Família e Trabalho
- SEPL:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
- SESA:** Secretaria da Saúde do Paraná
- SESP:** Secretaria Estadual de Segurança Pública
- SIH:** Sistema de Informações Hospitalares
- SIM:** Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINAN:** Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- UNE:** União Nacional dos Estudantes

## **PALAVRA DO SECRETÁRIO**

O Plano Estadual da Juventude é o primeiro voltado para a faixa etária dos 15 aos 29 anos no estado do Paraná. Ele é um importante marco para monitorar e nortear as políticas públicas para a juventude, visando o cumprimento dos direitos dos mesmos.

Seu objetivo é fazer com que o Paraná cada vez mais se destaque com o desenvolvimento e cumprimento de ações para o bem-estar da juventude. Portanto, é prioridade promover a autonomia e emancipação dos jovens, para que assim haja uma contribuição efetiva dessa população ao Estado.

O jovem é um indivíduo com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares. E, ser jovem é estar imerso em uma sociedade com processos transitórios, a partir de uma nova conjuntura familiar, política e social estabelecida. Com o Plano, o processo de construção da juventude será melhor garantido e com todos os direitos já assegurados pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852).

Para mais, ele colabora para que o trabalho com os jovens nos municípios do Paraná seja mais assertivo, visto que cada região tem uma realidade e necessidade diferente. Assim, permite realizar e definir diretrizes para ações e metas que propiciem o acompanhamento e execução das políticas públicas para a juventude.

Contudo, o Plano Estadual da Juventude do Paraná contribui para avanços não apenas para os jovens, mas para todo o estado do Paraná, uma vez que é de interesse de toda a sociedade a implementação de políticas intersetoriais que certifiquem os direitos dos jovens e que promovam um Paraná melhor, mais justo e pujante.

**Ney Leprevost**  
**Secretário de Justiça, Família e Trabalho do Paraná**



# SUMÁRIO

<b>1.</b> Apresentação.....	<b>10</b>
<b>2.</b> Marco Legal .....	<b>13</b>
<b>3.</b> Marco Histórico e Conceitual .....	<b>18</b>
<b>4.</b> Marco Situacional .....	<b>22</b>
<b>5.</b> Juventude e Violência .....	<b>34</b>
<b>6.</b> Plano de Ação .....	<b>40</b>
<b>7.</b> Metodologia de Construção do Plano .....	<b>67</b>
<b>8.</b> Acompanhamento e Monitoramento do Plano Estadual da Juventude.....	<b>69</b>
<b>9.</b> Referências Bibliográficas .....	<b>72</b>



# APRESENTAÇÃO

A juventude, como parte da população que se distingue por suas particularidades a partir de um recorte geracional, vem sendo tema de debate desde o final da década de 1990, mas somente com a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) é que uma agenda nacional começa a ser desenvolvida. Em 13 de julho de 2010 foi elaborada uma emenda constitucional 065/2010, com o intuito de cuidar dos interesses da juventude e a inclusão do Jovem na Constituição Federal Brasileira.

Com a Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, consolidou-se nas normativas brasileira a concatenação de políticas de defesa e promotoras de direitos para a juventude no Brasil, com o recorte etário de 15 a 29 anos. No entanto, a Lei instituída exige o amparo de práticas políticas que permitam a sua efetivação, o que vem se fazendo um desafio diário para as unidades federativas brasileiras.

O Estado do Paraná se coloca como um protagonista no desenvolvimento de política pública com o recorte para a juventude e suas especificidades, visando mobilizar a participação dos jovens e apoiar os municípios para a concretização de políticas para a juventude.

Existem políticas globais, com diretrizes estabelecidas, mas há um contexto local, da realidade da juventude em cada município que deve dar o direcionamento decisivo para o desencadeamento de ações.

O recorte etário da juventude constitui a passagem da vida infantil para a vida adulta, no entanto, este período de transição apresenta varia-

ções conforme a idade específica do jovem, uma vez que vivenciar os dilemas da juventude aos 15, 16 anos é bastante diferente, via de regra, dos dilemas enfrentados aos 28, 29 anos. E ainda, a diversidade cultural e socioeconômica em nosso território permite outras variações.

No coletivo de pessoas que hoje compõem a juventude paranaense, podem ser localizadas diferentes formas de inserção à realidade social, de acordo com a idade específica e a condição psicossocial de cada um. Há a possibilidade de inscrição em três diferentes tempos da relação entre o sujeito e sua realidade: tempo de preparo para a atividade adulta, com o desenvolvimento do pensamento e a aquisição de habilidades sociais e técnicas; tempo de experimentação de papéis sociais e de modos de interação, que ocorre com relacionamentos, experiências pessoais, profissionais, etc. E tempo de uma participação ou inserção social efetiva, seja em atividades econômicas ou na formação de uma nova célula familiar.

Por múltiplos fatores, nem sempre é possível que o jovem esteja preparado para assumir as responsabilidades que se colocam diante dele, pois o mesmo está em um processo complexo de emancipação. Por isso, uma das grandes missões das políticas para a juventude, é reunir princípios, objetivos e ações a partir do ponto de vista do que se faz necessário para garantir a proteção e desenvolvimento pleno da pessoa nessa etapa da vida.

Deste modo, estabelecer os objetivos e metas para a política de garantia de direitos da juventude implica num exercício de múltiplos olhares sobre as questões sociais, sobre os diferentes momentos da trajetória do jovem e as variadas

condições de vida em nossa sociedade.

Tendo como o objetivo a elaboração do Plano quinquenal, versa em definir as diretrizes contemplando ações, metas que contribuem para o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas elaboradas para o cumprimento dos direitos da Juventude, para os próximos cinco anos a partir de sua publicação.

Nesse Seguimento, o Plano divide-se em seis capítulos que correspondem: Marco Legal, Marco Histórico Conceitual, Marco Situacional, Plano de Ação, Acompanhamento e Monitoramento.

No primeiro Capítulo que compõe o Marco Legal, perpassa nas primeiras experiências de organização da juventude, os movimentos e registros legais que identificam a juventude como uma faixa etária atuante, protagonista de feitos históricos, perpassando pelas primeiras menções feitas pela ONU tratando a juventude como sujeito de direito, apresenta as primeiras ementas e direitos constitucionais, elaboração do estatuto da Juventude, a criação do Conselho Nacional da Juventude, percorrendo pelo resgate histórico até o cenário atual.

No segundo capítulo o Marco histórico conceitual trabalha na perspectiva de compressão das fases humanas, perpassando em estudos realizados na perspectiva da infância, adolescência e juventude, passando pela história da criança e da família de Phillippe Ariès, compreendendo a conceituação por fase biológica e a separação da infância e adolescência, contemplando a sistematização e a contribuição de vários autores que apresentam a juventude como uma condição social e histórica em que apresenta essa faixa etária como presente em

um caráter universal, social e histórico.

No terceiro capítulo especifica-se o Marco Situacional que contempla um debate com as secretárias, com a intencionalidade de verificar a realidade e a situação atualizada dos jovens, apresentado em dados, por meio do IVJ, contemplando o atual cenário do ser jovem no País.

O quarto capítulo contempla assuntos referentes às violências e desafios enfrentados pela juventude, apresentando dados do cenário atual, a fim de compreender as múltiplas violências enfrentadas, a ausência de políticas públicas, a violências no Trânsito e suas consequências a população jovem no Estado de Paraná.

Em seguimento o Quinto capítulo aborda o Plano de Ação, sendo apresentados de maneira explicativa referente aos objetivos, metas, ações, indicadores e monitoramento. Para chegar a esse Plano de ação foram realizadas reuniões com o grupo de trabalho, junto com o Conselho Estadual de Juventude, a fim de traçar estratégias para a elaboração do Plano e o seu Marco Situacional.

O Sexto capítulo versa sobre os objetivos, metas, ações e indicadores, definindo o fluxo de monitoramento do plano, sendo apresentadas pelos 11 eixos, que norteiam o Estatuto da Juventude.

Por todo o exposto o Plano Estadual da Juventude do Paraná, firma um planejamento em médio prazo, envolvendo as ações dos serviços públicos e a sociedade Civil Organizada, reunindo esforços e criando uma estrutura para a efetivação das políticas públicas voltadas a população jovem e direcionadas a efetivação das políticas e dos direitos, a fim de atingir a dignidade e a cidadania para a população que contribui e também movimenta a economia do Estado do Paraná.



**MARCO** LEGAL

As primeiras experiências de organização dos jovens no Brasil ocorreram ainda no período do movimento abolicionista, no século XIX. Os jovens abolicionistas abriram as portas para a ação juvenil, tendo uma atuação radical em defesa dos escravos e organizando inclusive fugas em massa, encorpando e se unificando ao movimento mundial de abolicionismo.

Em 1910, é realizado o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, nesse momento é iniciado um movimento dos estudantes, pelo aumento das escolas nas primeiras décadas do século XX. Esse movimento ficou marcado pela rápida organização dos jovens que estavam envolvidos nas principais questões do País.

Nos anos de 1920, três grandes movimentos de expressão da consciência política dos jovens se destacam: o Movimento da Semana de Arte Moderna<sup>1</sup>, o Movimento Tenentista<sup>2</sup> e o Movimento político-partidário<sup>3</sup>. Os grupos de jovens se formaram em torno desses movimentos e foram protagonistas de novas idéias, novas concepções de nação e de Estado.

Na chamada revolução de 1930, a politização dos jovens levou os estudantes a atuarem firmemente nas organizações que segundo o histórico da União dos Estudantes (UNE), formaram duas vertentes que atuavam com grande relevância a juventude comunista<sup>4</sup> e a juventude integralista<sup>5</sup>, a diversidade de opiniões de ambas as organizações, tinham como foco promover a qualidade do ensino, do patrimônio e da Justiça Social.

O período de 1964 a 1968, durante a Ditadura Militar, corresponde ao governo General Castelo Branco e o primeiro ano do General Costa Silva, culminando, nesse período, alguns decretos Institucionais, abolindo as eleições diretas para a presidência da república e dissolvendo os partidos políticos, provocando um aprofundamento da crise

1 **A Semana de Arte Moderna**, também chamada Semana de 1922, foi uma manifestação artístico-cultural que contou com apresentações de dança, música, recital de poesias, exposições e palestras. O evento realizado no Teatro Municipal de São Paulo é considerado o marco do Modernismo no Brasil.

2 O tenentismo foi um movimento político e militar realizado por jovens oficiais brasileiros durante o período da Primeira República. Esse corpo de oficiais era composto em geral por tenentes e capitães que estavam insatisfeitos com o sistema político brasileiro, sobretudo com as práticas do jogo político imposto pelas oligarquias.

3 Os partidos políticos no Brasil existem desde a primeira metade do século XIX. Vários agrupamentos surgiram desde então, porém, por razões históricas, nenhum deles durou muito. Assim, não existem partidos centenários no Brasil, como é comum noutros países. Frequentemente, as organizações partidárias brasileiras foram forçadas a ter de começar nova trajetória: tais rompimentos ocorreram pela implantação da República, em 1889, que sepultou os partidos monarquistas; pela Revolução de 1930, que desativou os partidos republicanos “carcomidos”; pelo Estado Novo (1937–1945), o qual vedou a existência de partidos; e pelo Regime Militar de 1964, que confinou *manu militari* os partidos políticos a um artificial bipartidarismo. Assim em termos de criação de partidos, a média no período entre 1945 e 1979 foi 1,2 por ano, totalizando 42 siglas registradas. Já os 35 partidos políticos existentes em 2016 corresponde à média de 1 partido registrado por ano no período de 1981 a 2016.

4 O Partido Comunista Brasileiro viveu parte significativa de sua trajetória sob clandestinidade, uma vez que diversos governos do Brasil declaravam sua ilegalidade sob pretextos variados. A partir do modelo definido pela Internacional Comunista, o PCB tinha como tarefa a constituição de sua juventude já definida em seu primeiro estatuto. Até 1929, além do Brasil, haviam sido criadas seções comunistas juvenis no México (1920), na Argentina (1921) e no Uruguai (1923). Entre janeiro e meados de agosto de 1927 os comunistas brasileiros viveram a sua primeira experiência de constituição de um partido de massas, interrompida com a proclamação da Lei celerada que aumentou a repressão contra a organização política dos trabalhadores. Neste período, os comunistas começaram o trabalho de organização de sua juventude.

5 Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político brasileiro ultranacionalista, corporativista, conservador e tradicionalista católico de extrema-direita. Inspirado no fascismo italiano, no integralismo lusitano e baseado na Doutrina Social da Igreja Católica, foi fundado em 7 de outubro de 1932 pelo escritor e jornalista brasileiro Plínio Salgado. Os integralistas também ficaram conhecidos como *camisas-verdes* ou, pejorativamente, como *galinhas-verdes* por seus opositores, em referência à cor dos uniformes que utilizavam.

econômica, aumento da inflação e a diminuição do poder de compra do salário mínimo.

Em 1968 a 1974 com AI-5<sup>6</sup>, acontece o fechamento do Congresso Nacional e a quebra dos direitos Cíveis e políticos, nesse período ocorrem um momento de repressão considerado o mais violento vivenciado no país, culminando em uma lei de segurança nacional de pena de morte por fuzilamento. Em 1970, foi introduzida a censura prévia aos meios de comunicação. Nesse período de repressão, houve pouca movimentação da Juventude no País.

Uma reflexão crítica realizada no período de 1980 e 1990 contemplando a juventude em um contexto onde os jovens das classes populares tiveram inserção no mercado formal de trabalho e contava com o sistema de solidariedade da previdência social. A União dos Estudantes teve papel fundamental quanto ao avanço da juventude no Brasil, um dos movimentos que protagonizou para o avanço da história foi o movimento de Diretas Já<sup>7</sup> que teve o seu início em 1983, com pauta sobre o voto direto e a volta da democracia, que passa a ganhar força em 1984 e 1985.

No âmbito internacional a primeira menção a juventude foi feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1965, com a Declaração sobre a Promoção dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos. Posteriormente a ONU consolida a discussão sobre a juventude em 1985, com o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Em 1995, foi aprovado em Assembléia Geral das Nações Unidas o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ). Em 1998, aconteceu o Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, em Braga, Portugal, que desencadeou outras manifestações. (BRASILIA, 2010; SILVA e SILVA, 2011)

No Brasil, o reconhecimento da juventude como categoria geracional destinatária de políticas começou a ocorrer com os movimentos sociais a partir da década de 1980, primeiro vinculado a discussões que também fortaleceram os direitos de crianças e adolescentes, e aos poucos tematizando a juventude em suas especificidades. (SILVA e SILVA, 2011).

Embora os termos jovem e juventude não tenham sido inseridos tanto no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, nem no ECA, no qual aparece apenas a categoria adolescentes, incluindo somente os jovens da faixa etária dos 15 a 18 anos incompletos, esses instrumentos serviram de suporte para o estabelecimento de condições legais na “reformulação das políticas públicas em favor da infância e da juventude” (Lopes; Silva; Malfitano, 2006: p.119). É importante salientar que (...) com a criação do ECA, em 1990, a juventude começou a ter maior visibilidade e

6 O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe de estado de 1964 no Brasil. Os atos institucionais foram a maior forma de legislação durante o regime militar, dado que, em nome do “Comando Supremo da Revolução” (liderança do regime), derrubaram até a Constituição da Nação, e foram aplicadas sem a possibilidade de revisão judicial. O AI-5, o mais duro de todos os Atos Institucionais, foi emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Isso resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado.

7 Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira. Ainda assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial em janeiro do ano seguinte quando Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral.

atenção nas políticas públicas. (SILVA; SILVA, 2011, p 667)

Somente na década de 2000 que os estudos e os movimentos em prol dos direitos da juventude se fortaleceram no Brasil. Em 2003, é elaborado o Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 138/2003 que solicita à juventude os direitos constitucionais assegurados a outras categorias geracionais, como crianças, adolescentes e idosos. Desse movimento resultou o encaminhamento da elaboração do Estatuto da Juventude, com o Projeto de Lei 4.530, iniciado em 2004 e, em 2005, a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). (SILVA e SILVA, 2011)

Segundo a PEC nº 394/2005, foi solicitado a inclusão do termo jovem no Artigo 277<sup>8</sup> da Constituição Federal, tendo o referente artigo a cuidar dos interesses da juventude.

Em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude com intuito de desenvolver uma série de medidas para ajudar a Juventude Brasileira. Portanto, além do desenvolvimento da cidadania e igualdade de oportunidades, o Plano Nacional de Juventude serve como suporte teórico para as políticas Nacionais de Juventude.

Embora a lei garanta os direitos para todos com a idade entre 15 a 29 anos, existem várias formas de viver a juventude, mesmo com a redemocratização e os seus direitos contemplados na Constituição e com os acessos as políticas de saúde, educação e o acesso as novas tecnologias, foi criado o Estatuto da Juventude, que tramitou por 9 anos no Congresso Nacional, e após os protestos que ocorreram em 2013<sup>9</sup>, o Estatuto tem a sua aprovação, que determina o cumprimento de 11 eixos de direitos contemplados no Estatuto da Juventude.

A importância do resgate histórico nos proporciona analisar o avanço das políticas voltadas à juventude, junto com a sociedade civil e aos conselhos deliberativos, voltados ao debate e monitoramento das ações ao público jovem, das quais leis e políticas precisam ser debatidas em espaços democráticos junto aos seus representantes e sociedade, por esse motivo destaca-se a lei Federal 11.129/2005 que cria o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE).

O Conselho Estadual da Juventude no Estado do Paraná é um órgão colegiado de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Justiça, Família e Trabalho (SEJUF/PR), por meio da Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude (CPJ), sendo composto por representantes da Sociedade Civil e do Poder Público com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos da juventude.

---

8 Art. 227 “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

9 Os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, não raramente chamadas de Nova Revolta do Vintém, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais. Foram as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e chegaram a contar com até 84% de simpatia da população”.



**CPJ tem como objetivos:**

- Elaborar e propor a Política Estadual da Juventude, em conformidade com a Política Nacional de Juventude, bem como realizar as ações necessárias à sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- Interagir com todos os órgãos do Governo do Estado do Paraná para integrar as políticas públicas para a juventude, de modo a conferir maior eficácia e visibilidade às ações governamentais voltadas para a população jovem do Estado do Paraná;
- Atuar junto a órgãos e entidades federais, estaduais, municipais, internacionais e do terceiro setor, com objetivo principal de promover a intersetorialidade das ações voltadas para o jovem e para o protagonismo juvenil;
- Promover ações que visem estimular o desenvolvimento do associativismo e do voluntariado jovem, bem como apoiar a relação do Estado com segmentos da juventude como associações juvenis e entidades equiparadas;
- Fomentar a cultura do empreendedorismo jovem, em articulação com as demais esferas de governo e com a sociedade civil;
- Incentivar e promover ações de capacitação e desenvolvimento do jovem, em perspectiva individual e coletiva, que estimulem o surgimento de lideranças jovens em diversos segmentos, como o político, o educacional, o artístico e o esportivo;
- Estimular o acesso de jovens a bens públicos, equipamentos esportivos, educacionais e culturais e às atividades que favoreçam o desenvolvimento e a utilização de aptidões profissionais e sociais, a fim de contribuir para a construção da consciência e de uma atitude cidadã pelo jovem;
- Promover e incentivar a realização de estudos, debates, conferências e pesquisas sobre a realidade e situação do jovem paranaense, a fim de contribuir para a elaboração de propostas de políticas públicas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude. (PARANÁ, 2019).

Criada em 2013, a Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude, inicialmente como assessoria da Casa Civil, passou por uma reforma administrativa. Em 2019, a Assessoria foi transferida pelo Governo do Estado do Paraná, para a nova Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - (SEJUF), sendo instituída uma atual nomenclatura de elevação de status de Assessoria Especial para Coordenação Estadual, tem como compromisso despertar na juventude Paranaense o desejo da participação da vida política, no sentido do fortalecimento das políticas públicas, priorizando as comunidades que não detenham tanta informação e com o maior índice de vulnerabilidade social.



# MARCO HISTÓRICO E CONCEITUAL

A compreensão das fases da vida humana, seja atrelada a uma noção biológica ou cultural, começa a ser estabelecida na Modernidade, como parte de processos da reorganização social que elegeu a família como a célula social e desencadeou a noção da individualidade e dos processos geracionais.

O estudo de Phillippe Ariès- A “História Social da Criança e da Família”, publicado em sua íntegra pela primeira vez em 1973 - lançou luzes sobre como a sociedade e a ciência, iniciaram o estabelecimento de saberes específicos sobre as fases da vida antes da vida adulta. Ao tentar demonstrar o novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais, Ariès (2006) evidenciou como a ideia de criança é construída historicamente, e a partir daí puderam emergir conhecimentos e práticas específicas destinadas a criança e ao adolescente. As especificidades biológicas de acordo com a idade não eram levadas em consideração na Idade Média e os registros apresentados pelo historiador indicam que a adolescência como fenômeno é perceptível somente a partir do século XIX.

A conceituação sobre a infância e sobre a adolescência, como processos biológicos e culturais podem ser observadas desde o início da vida moderna. Já o conceito de juventude se desenvolve um pouco depois, sendo fortalecido como uma fase da vida humana nos séculos XX e XXI, e ganhando grande notoriedade

O Ministério da Saúde segue a convenção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que delimita o período entre 10 e 19 anos, 11 meses e 29 dias de idade como adolescência, e o situado entre 15 e 24 anos como juventude. Há, portanto, uma interseção entre a segunda metade da adolescência e os primeiros anos da juventude. Adota ainda o termo “pessoas jovens” para se referir ao conjunto de adolescentes e jovens, ou seja, à abrangente faixa compreendida entre 10 e 24 anos. (BRASIL, pg. 46, 2010)

Na linha desta distinção apresentada pela OMS, a noção de juventude é mais utilizada pelos pesquisadores e estudiosos para tratar de processos sociais e culturais, em contraposição ao uso da noção de adolescência, que fica mais vinculada a processos biopsíquicos. Esta questão pode ser observada no uso frequente do termo adolescência em trabalhos que tratam da dimensão comportamental individual, enquanto o termo juventude é mais destacado em contextos sociológicos (SANTANA, 2011)

Tratando-se da formação histórica Brasileira, a juventude se apresenta em condições múltiplas de vida e em diferentes grupos populacionais, sociais, passando por um processo de formação e cristalização, com isso o documento do Ministério da saúde apresenta que:

Considerar adolescência e a juventude como processos complexos de emancipação, com fronteiras plásticas e móveis, que não se restringem à passagem da escola para o trabalho e envolvem três dimensões interdependentes: a macrossocial, na qual se situam as desigualdades sociais como as de classe, gênero e etnia; a dimensão dos dispositivos institucionais que reúne os sistemas de ensino, as relações produtivas e o mercado de trabalho e, finalmente, a dimensão biográfica, ou seja, as particularidades da trajetória pessoal de cada indivíduo. (BRASIL, 2010)

Pais (1990) compreende que a sociologia da juventude que vem consolidando a noção de um conceito renovado para o termo, também é permeada pelas noções sociais decorrentes de que o jovem pode ser compreendido como parte de uma cultura unitária, porém, as similaridades não são irrestritas, existindo di-

ferências sociais relevantes. Deste modo, Pais, divide a sociologia da juventude em duas grandes tendências: a primeira entende a juventude como um conjunto geracional, baseado numa “fase da vida”, e que gera uma certa uniformidade o compartilhamento da cultura juvenil; a outra, toma a juventude como um conjunto social diversificado, com diferenças culturais “em função de diferentes pertencas de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc.” (PAIS, 1990, pg. 140).

Sintetizando a contribuição de diferentes autores, tomamos a juventude como uma condição social e histórica. Na qual está presente um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo em uma determinada faixa etária, em que segue em curso seu amplo desenvolvimento, mas as expressões deste processo são permeadas pelas vivências de sua condição singular na cultura, em seu tempo histórico e relações sociais.

Ao tematizar as características da juventude, são necessários alguns cuidados. Pais já alertava em 1990 sobre a tendência de usar características sociais gerais, como por exemplo, a crise econômica como filtro para compreender a juventude, e com isto obter o destaque somente das tendências sociais emergentes. Ou ainda, a difusão de algumas expressões como se fossem gerais, a exemplo de certas culturas jovens que são de fato dominantes, mas que são representadas como a única expressão da cultura jovem, sendo que não são feitas as devidas pesquisas para compreender quais as expressões culturais estão presentes no cotidiano dos jovens.

Deste modo, algumas noções dominantes sobre a juventude revelam muito mais valores sociais do que conhecimentos. Como afirma Santana, algumas “definições elaboradas para a categoria Juventude não permitem um proveitoso avanço da pesquisa empírica, na medida em que se constituem em projeções ideológicas de seus autores (SANTANA, 2011, pg. 03).

Vale ressaltar que características proeminentes da sociedade contemporânea, como a fluidez dos papéis sociais e a instabilidade dos antigos arranjos familiares, apesar de serem dilemas sociais difusos, são facilmente relacionados à juventude, muito provavelmente por conta da visibilidade da juventude na discussão contemporânea, que vem se desenrolando desde pós Segunda Guerra Mundial.

Sobre a diversidade dentro a juventude, o conceito de “moratória social” traz uma importante contribuição. Segundo Margulis e Urresti, 1996, a juventude é um período de construção, elaboração, vivências e preparo para uma futura iniciação social e econômica com a devida autonomia. No entanto, os autores ressaltam que nem todas as pessoas na faixa etária da juventude podem usufruir dessa moratória social.

A moratória social alude ao que, com a modernidade, grupos crescentes, que pertencem comumente a setores sociais médios e altos, postergam a idade do casamento e da procriação para que durante um período cada vez mais prolongado, tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino (...) (Margulis e Urresti, 1998, p.5)

Para outros grupos sociais não é possível vivenciar a moratória social. O que significa que é possível, neste aspecto, estar na idade da juventude, mas não usufruir de ser jovem. Enquanto alguns jovens vivem a chamada “moratória social”,

com inserções paulatinas na vida adulta, outros são protagonistas de ações sociais de relevância, seja em seus trabalhos, estudos ou na sustentação de relações familiares.

Enfim, as desigualdades econômicas e sociais acrescentam problemas consistentes e específicos a serem enfrentados e indicam que o espectro de iniciativas a atenderem o jovem é amplo, pois de fato não existe a juventude, mas as juventudes.

Para os enfrentamentos necessários tem-se como instrumento as políticas sociais, que estabelecem relações e estratégias organizadas que visam criar diretrizes e condições de atendimento das necessidades da população e das problemáticas sociais vividas. No entanto, as soluções das políticas públicas só podem atingir de fato o público jovem se contar com a voz dos próprios jovens. É o segmento alvo da política que precisa indicar o caminho a seguir, de outro modo as iniciativas se tornam medidas artificializadas para atender necessidades nem sempre verídicas.



# MARCO SITUACIONAL

(FONTE: IPARDES, 2017)

A sistematização dos dados é de suma importância para aprimorar uma pesquisa ou até mesmo realizar um recorte da população pesquisada. Diante disso, os censos demográficos auxiliam o governo a organizar a população e a propor políticas públicas focadas nos dados que as especificam.

A análise dos dados é importante, pois a partir do que foi coletado é possível subsidiar a discussão e a formulação de debates que remete ao público jovem, a necessidade de elaboração das políticas públicas para a Juventude Paranaense.

O levantamento dos dados foram disponibilizados pelas secretarias e órgãos vinculados com o Governo do Estado. A avaliação se ampara na tabulação dos dados e indicadores que atendam os critérios para avaliação do Marco Situacional.

Com o intuito de traçar um perfil da Juventude no Estado do Paraná, o Marco Situacional tem a pretensão de apresentar dados recentes, por meio da análise é possível subsidiar discussões sobre as ações desenvolvidas para a juventude.

Com o atual cenário imposto pela covid 19, vivenciada de forma mundial, ocorre uma interrupção na coleta de alguns dados, em ressalva a algumas políticas que estão contribuindo para o avanço dos trabalhos, que por meio dos dados coletados nos proporciona um entendimento do cenário atual. O Estado vem tomando medidas de restrições para evitar o agravo do contágio, sendo assim, os dados trabalhados para a construção do Marco Situacional já foram publicados e retirados de fontes oficiais, com base no CENSO de 2010. Sendo possível checar às tendências da atualidade a respeito da demanda atual da juventude por proporções realizadas pelo IBGE(PNAD) <sup>10</sup> e pelo IVJ, 2017 <sup>11</sup>.

As tabelas apresentadas nesse referido capítulo, tende a fornecer elementos da caracterização da juventude Paranaense. Amparado pelo Estatuto da Juventude (LEI 12.852/2013) “que reconhece o jovem de 15 a 29 anos como sujeito de direitos, bem como determina a articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.”

Ao retratar a juventude por meio das tabulações dos dados, permite que o retrato da população jovem se demonstre por determinados quesitos, como os aspectos territoriais que serão apresentados no gráfico 1,2 e 3 como: Situação do domicílio e tipo de área; As características gerais da população apresentadas nos gráficos 4,5,6,7,8 e 9 contempla dados de sexo, cor/raça e condição de domicílio; Educação que apresenta o gráfico 10,11 e 12 dados da frequência escolar, motivos da não frequência e nível de instrução; Ocupação do jovem que apresentam os gráficos 13 e 14 discorrem os dados

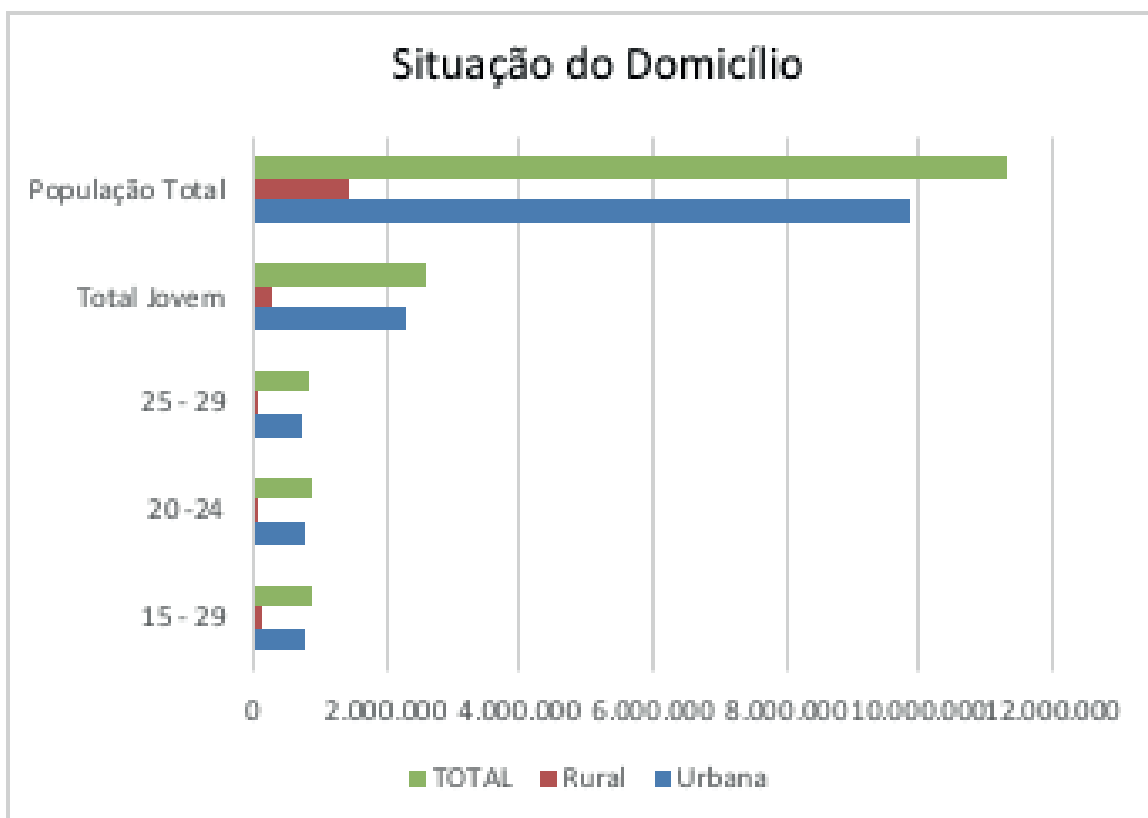
---

10 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil. A pesquisa é feita em todas as regiões do Brasil, incluindo as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (excluídas até recentemente).

11 O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (IVJ 2017) é um indicador, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que agrega dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito. Ele serve como norteador das políticas públicas de juventude, parcela da população mais afetada pela violência no Brasil.

sobre nível de ocupação e agrupamento de atividades; Condições de estudo e situação ocupacional da juventude que são apresentados nos gráficos 15,16,17 e18 com informações de jovens que estudam e trabalham; O rendimento domiciliar, apresentado nos gráficos 19 e 20 apresentam as classes de rendimento domiciliar per capita.

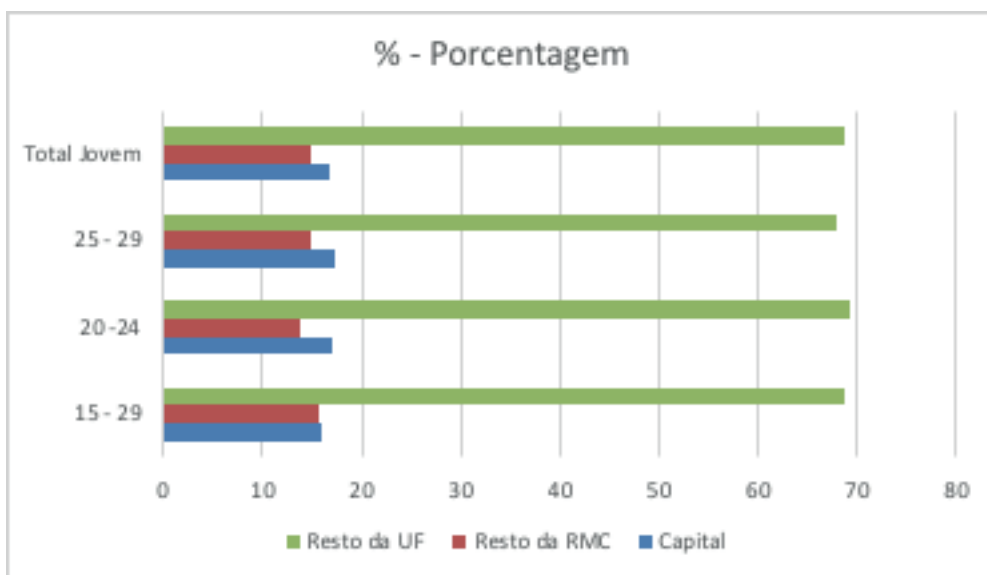
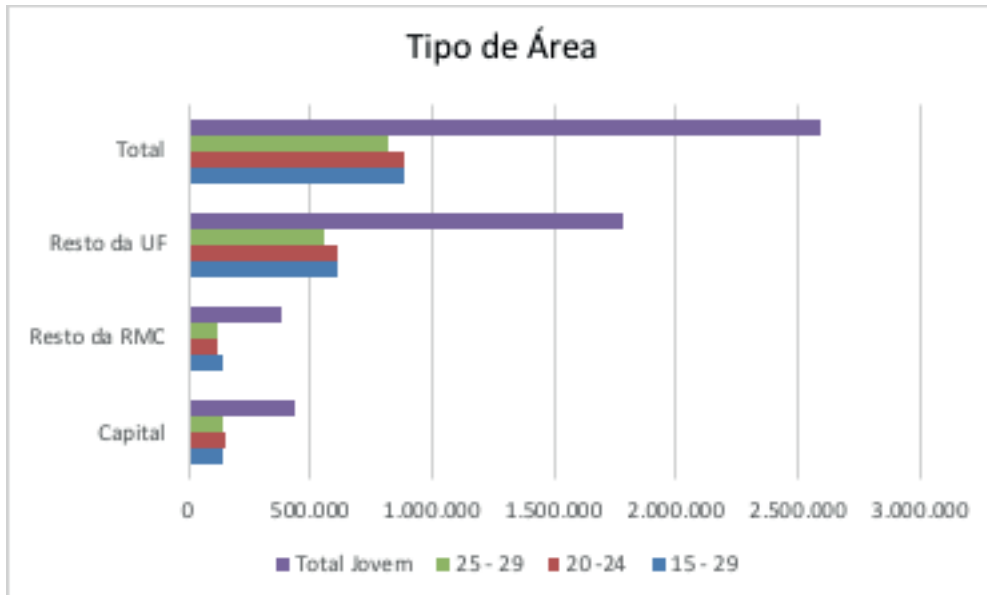
**Gráfico 1. Representa a População total e por faixa etária segundo situação do domicílio - Paraná 2017**



Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES.

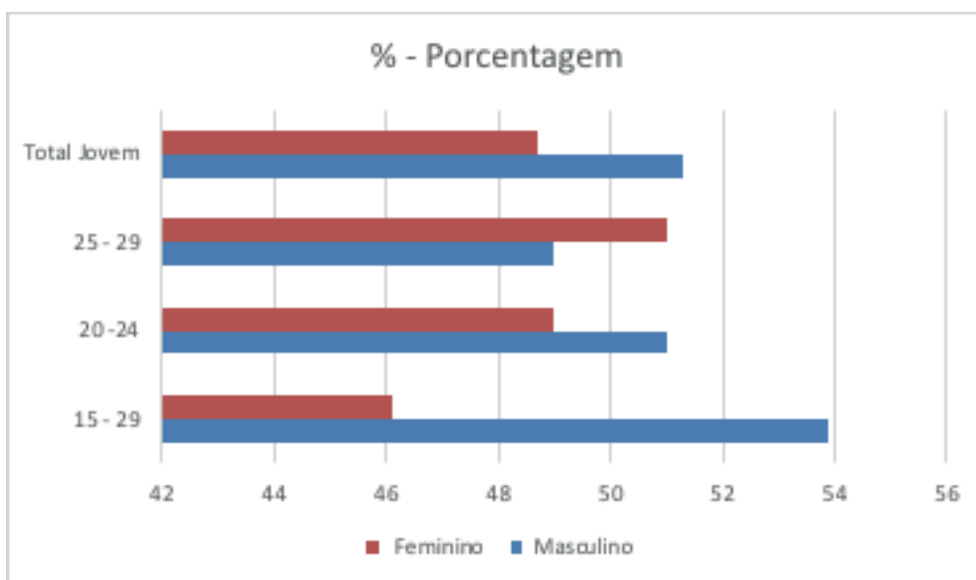
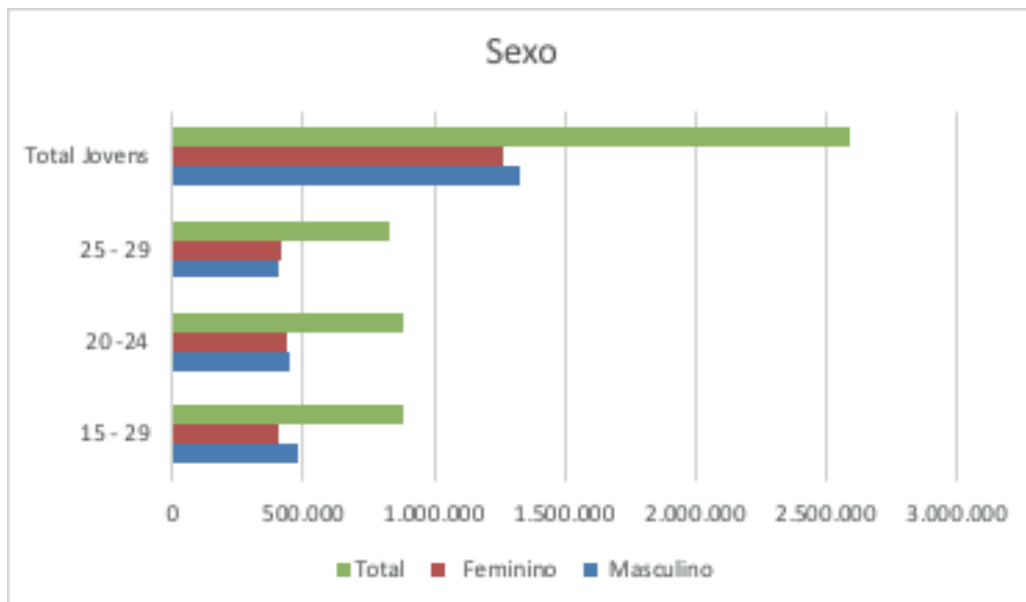


**Gráfico 2 e 3. Representa a população de 15 a 19 anos de idade segundo tipo de área - Paraná 2017**



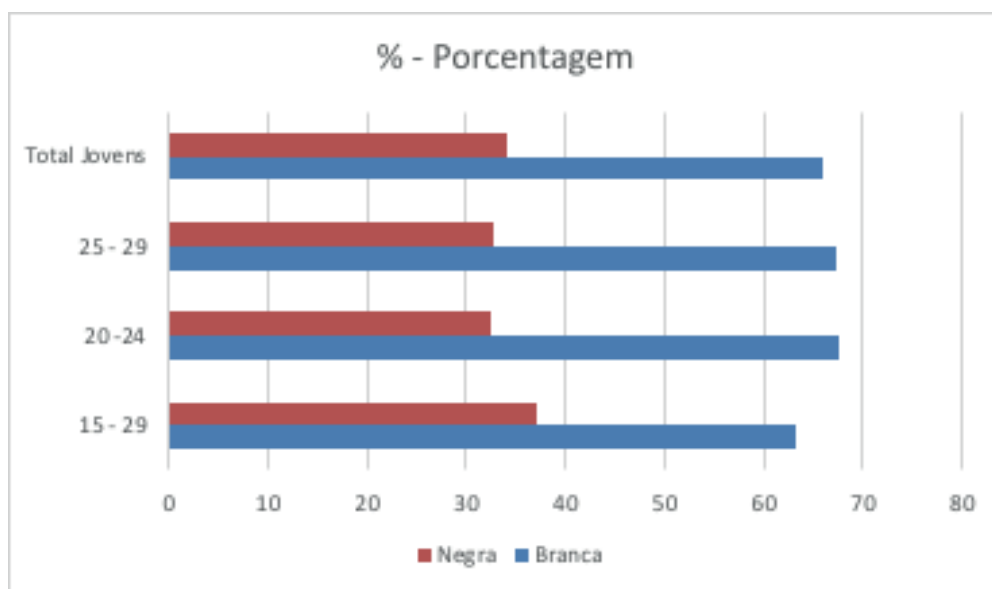
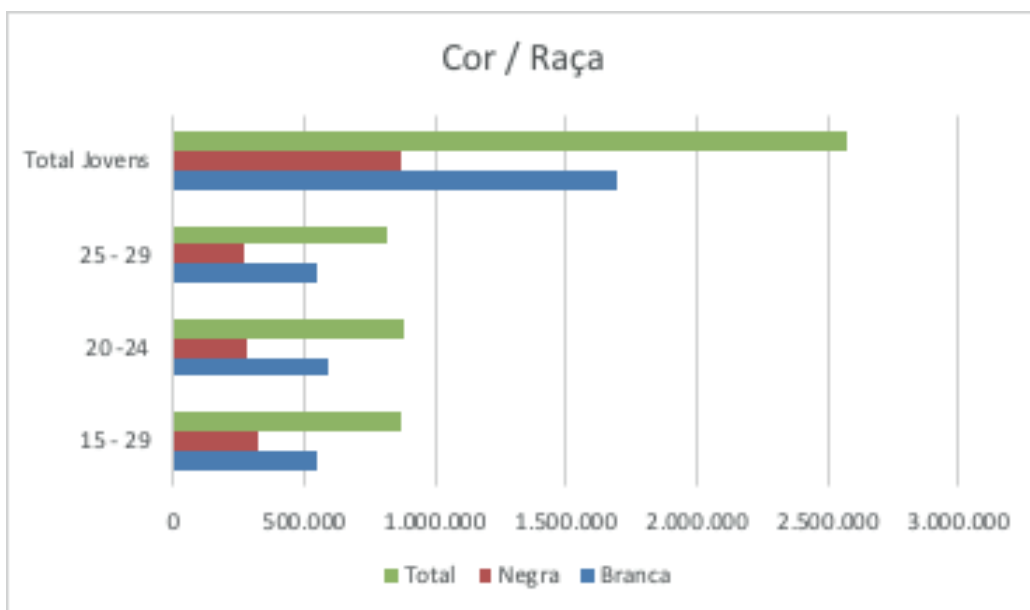
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre)  
Elaboração: IPARDES.

**Gráfico 4 e 5. Representa a população de 15 a 29 anos de idade segundo sexo - Paraná 2017**



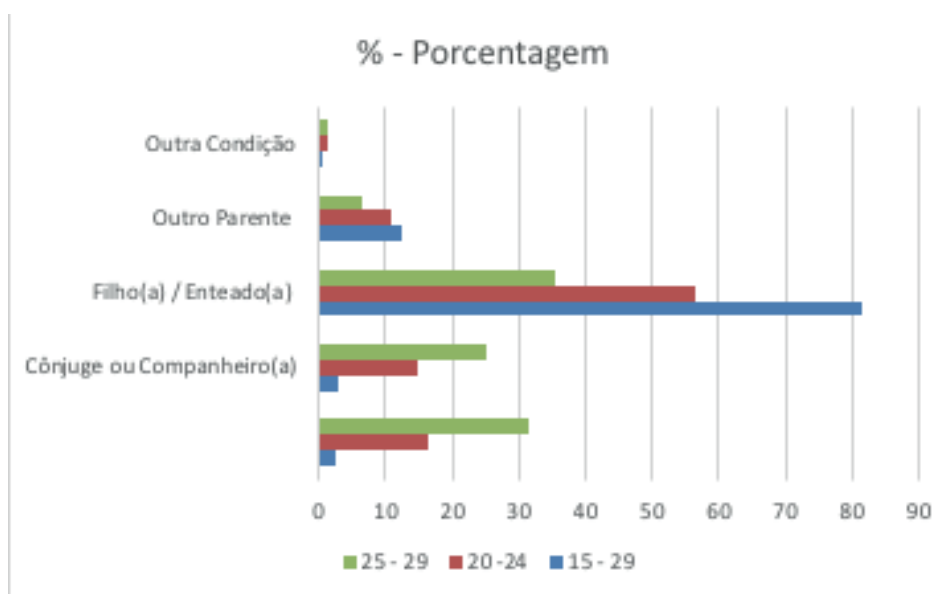
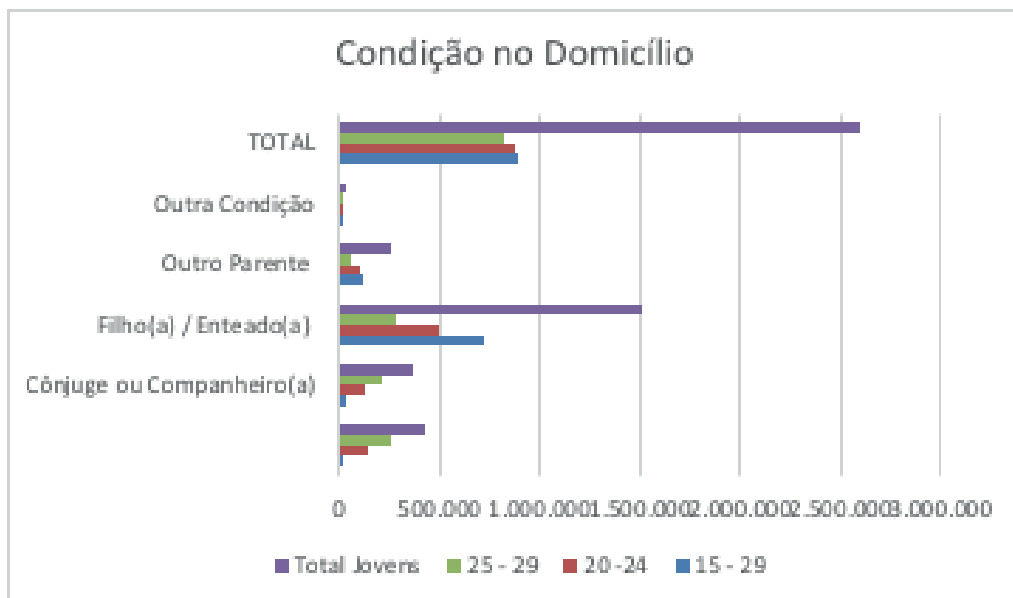
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre)  
Elaboração: IPARDES.

**Gráfico 6 e 7. Representam a população de 15 a 29 anos de idade segundo cor/raça - Paraná - 2017**



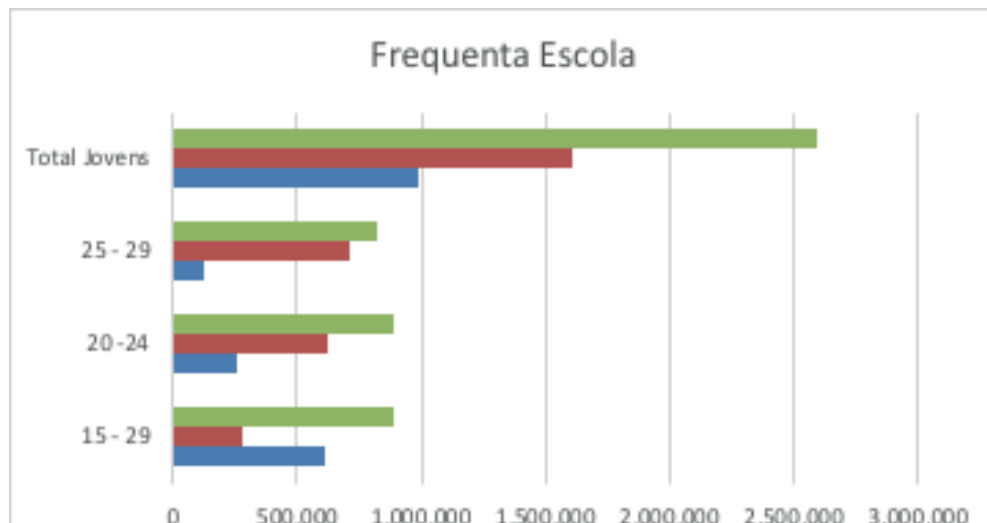
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre)  
 Elaboração: IPARDES.

**Gráfico 8 e 9. Representam a população de 15 a 29 anos de idade segundo condição no domicílio - Paraná 2017**



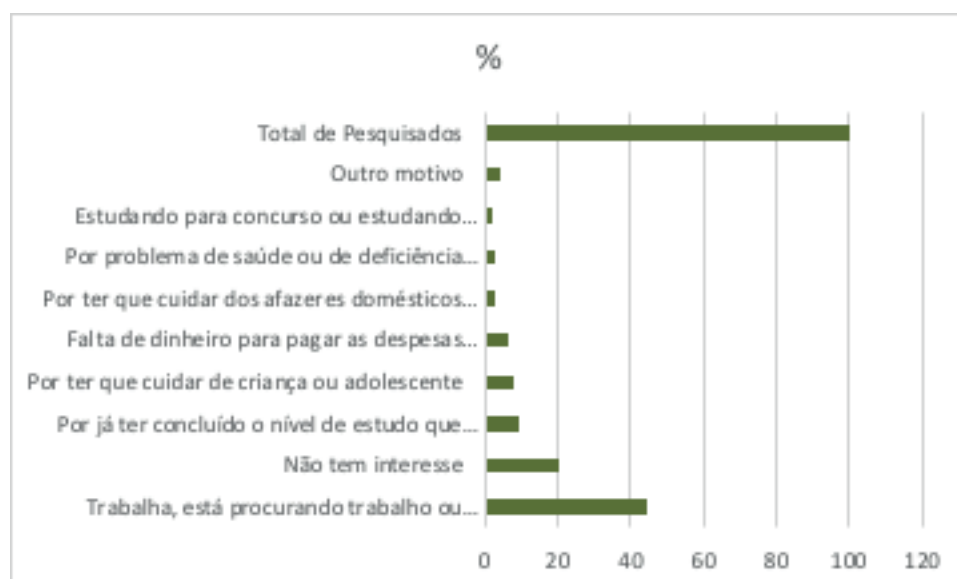
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre)  
Elaboração: IPARDES.

**Gráfico 10. Representa a população de 15 a 29 anos de idade segundo frequência escolar - Paraná 2017**



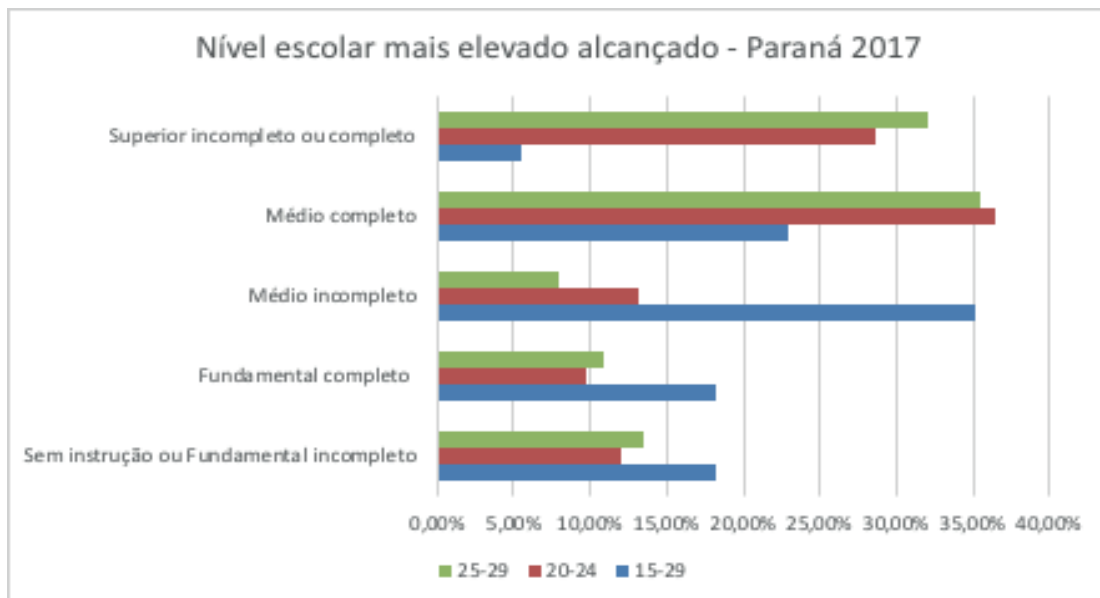
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre)  
 Elaboração: IPARDES Nota: Considera a frequência a curso da educação básica ou superior, regular ou não; exclusive cursos pré vestibular, de extensão universitária ou qualificação profissional.

**Gráfico 11. Distribuição percentual das pessoas de 15 a 29 anos de idade que não frequentavam escola segundo motivo da não frequência - Paraná 2017**



Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre)  
 Elaboração: IPARDES Nota: Do total de pessoas que declarou não frequentar escola, 81% declarou o motivo da não frequência.

**Gráfico 12. População de 15 a 29 anos de idade segundo nível escolar mais elevado alcançado - Paraná 2017**



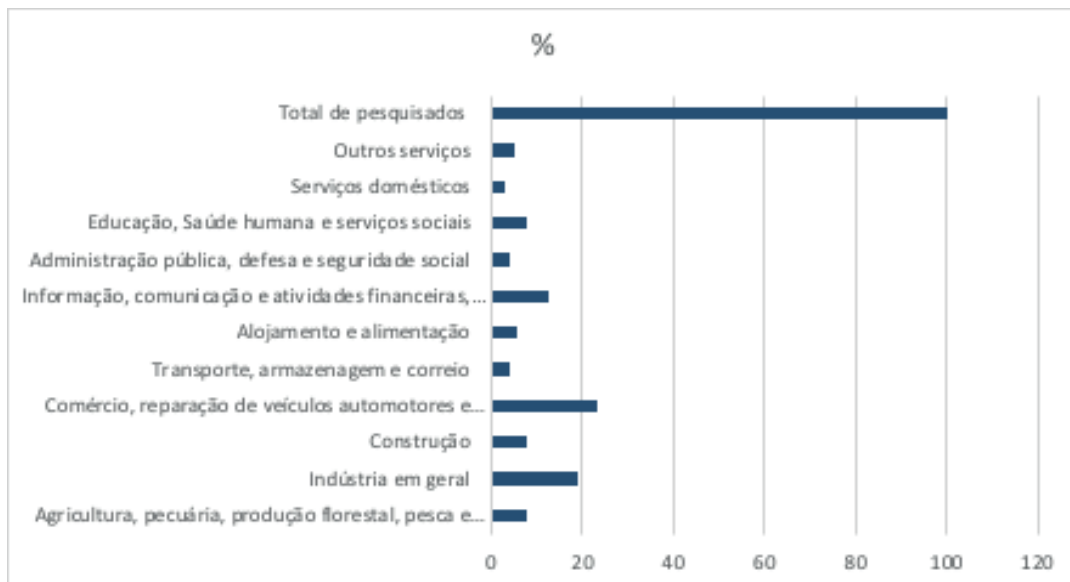
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES Nota: Para os que estavam frequentando escola, o nível mais elevado corresponde à série/ano anterior àquele que estava cursando; para os que não frequentavam escola, corresponde a última série/ano que tenha concluído.

**Gráfico 13. População de 15 a 29 anos de idade segundo condição e nível de ocupação - Paraná 2017**



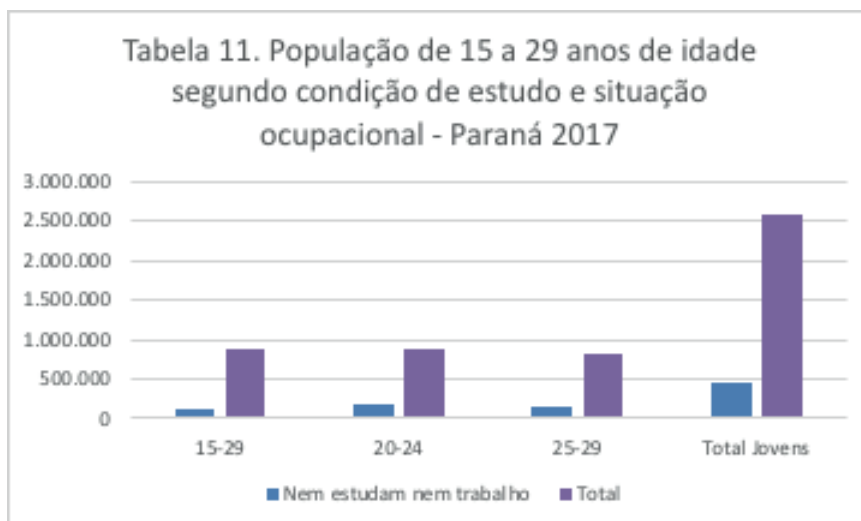
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES Nota: É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

**Gráfico 14. Distribuição percentual da população ocupada de 15 a 29 anos de idade segundo grupamento de atividades no trabalho principal - Paraná 2017**



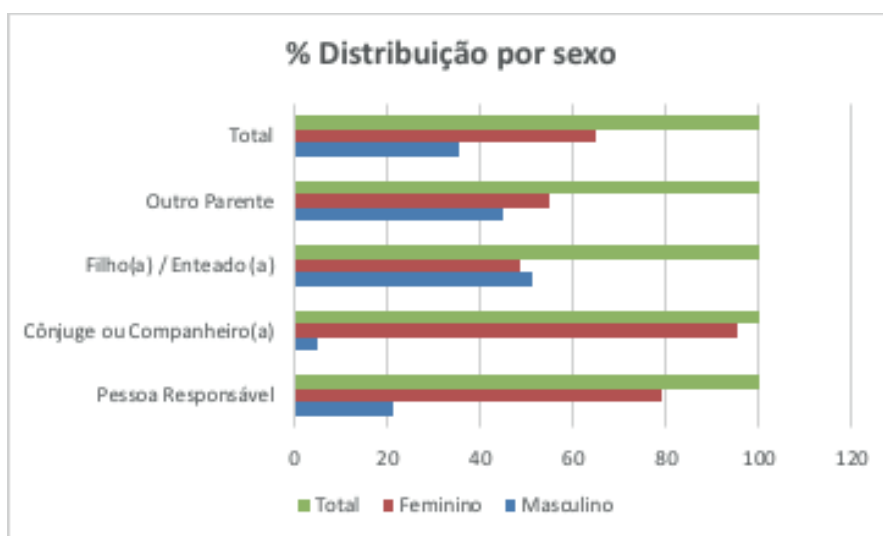
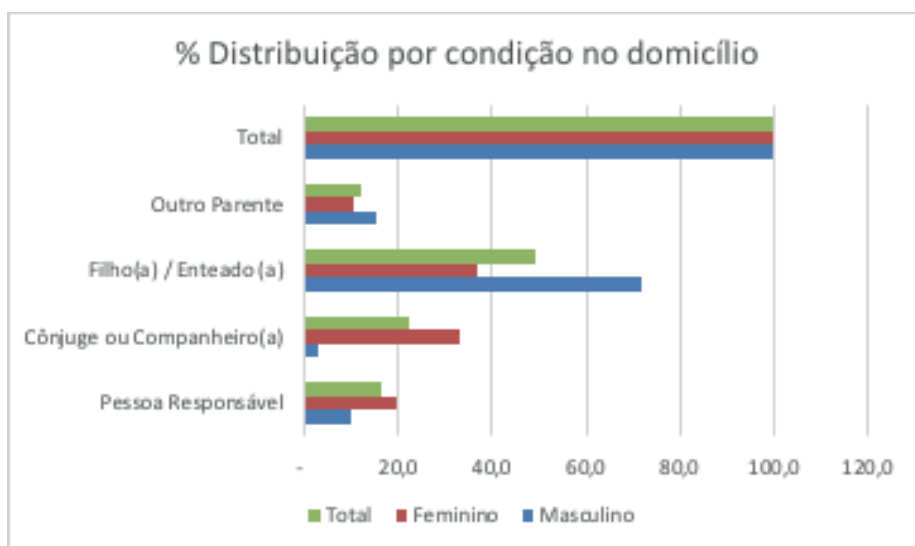
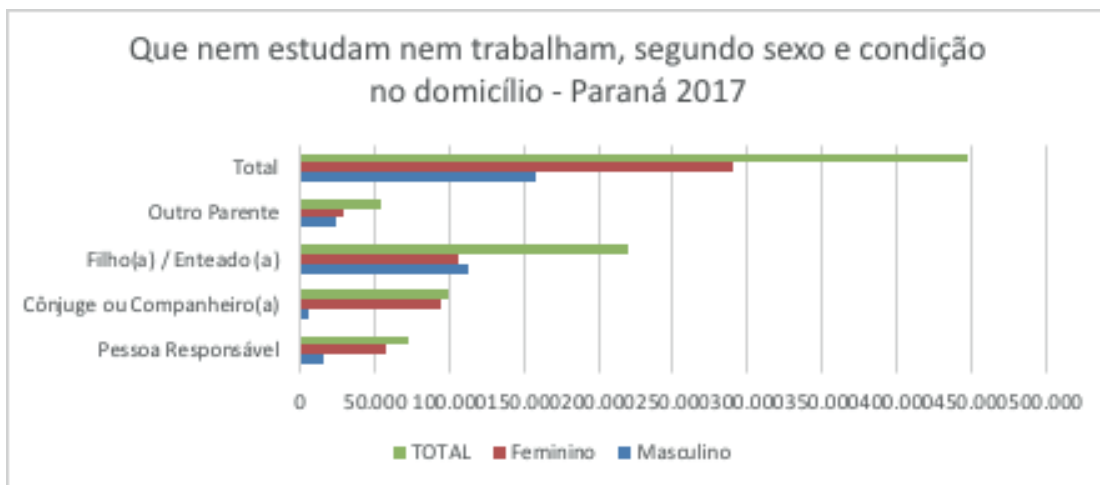
Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES.

**Gráfico 15. População de 15 a 29 anos de idade segundo condição de estudo e situação ocupacional - Paraná 2017**



Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES Nota: Na condição de estudo, além das pessoas que frequentavam os cursos da educação básica ou superior, foram consideradas aquelas que estavam frequentando cursos pré-vestibular, extensão de nível superior ou qualificação profissional.

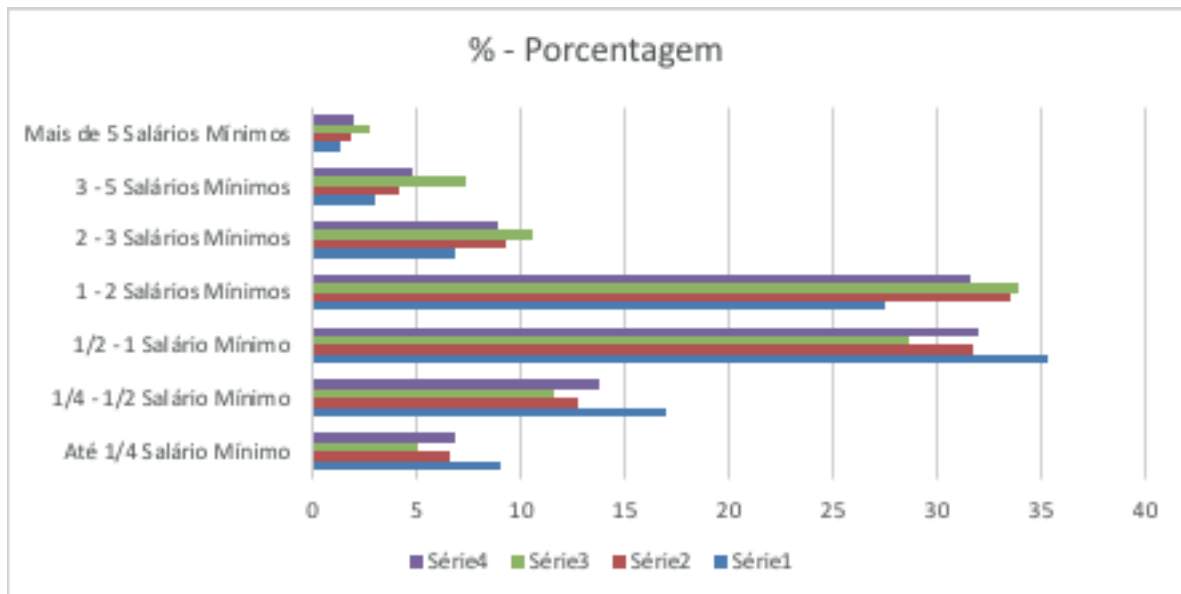
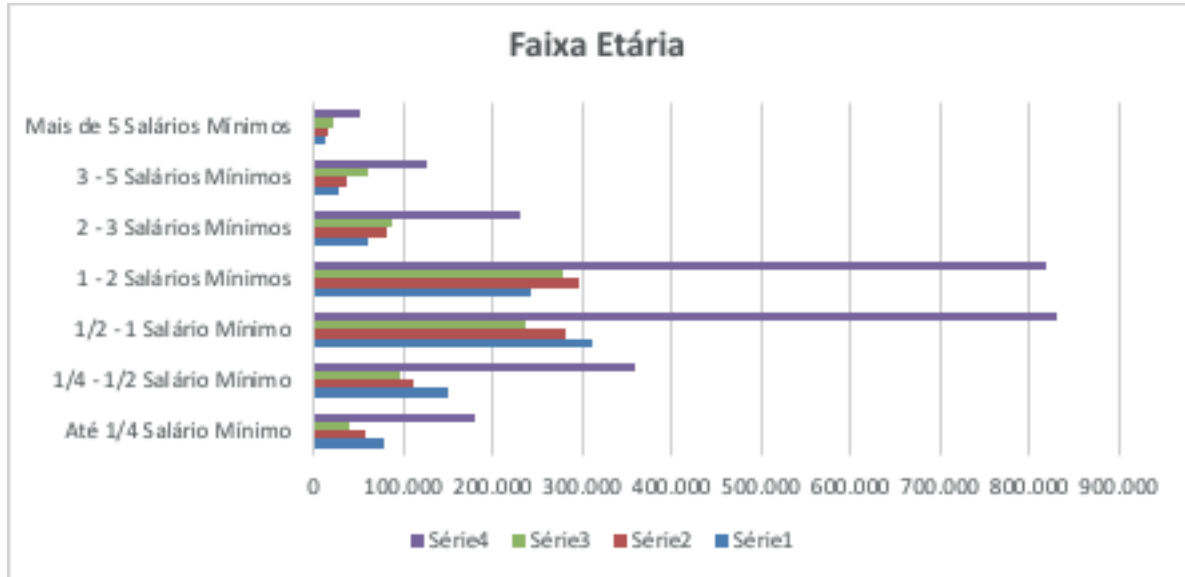
**Gráfico 16,17 e 18. Número e distribuição percentual das pessoas de 15 a 29 anos de idade, que nem estudam nem trabalham, segundo sexo e condição no domicílio - Paraná 2017**



Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES Nota: Devido a baixa representatividade amostral, as pessoas que, no domicílio, não eram parentes do responsável foram incluídas na população total.



**Gráfico 19 e 20. Representam o número e distribuição percentual das pessoas de 15 a 29 anos de idade segundo faixa etária e faixa de rendimento domiciliar per capita - Paraná 2017**



Fonte: IBGE: PNAD Contínua (suplemento Educação 2017, segundo trimestre) Elaboração: IPARDES  
 Nota: Rendimento (efetivo) domiciliar per capita considerando as rendas trabalho e de outras fontes, exclusive rendimentos em cartão/tiquete transporte ou alimentação; exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado.



# JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

As violências constituem um dos maiores desafios das políticas públicas no Brasil, apresentando-se como um fenômeno de conceituação complexa, multicausal, se manifestando de diferentes formas e tipologias, desde a intimidação, agressões até o homicídio, incluindo a violência sexual e psicológica. “As expressões das violências são as mais diversificadas e estão presentes nas relações interpessoais, nos espaços familiares, institucionais e comunitários.” (FIOCRUZ, 2020). Geram um alto impacto sobre a qualidade de vida e sobre a morbidade e mortalidade da população diminuindo a expectativa de vida de adolescentes e jovens além de produzir altos custos sociais, econômicos, familiares e pessoais.

A fim de compreender este cenário se faz necessário conhecer e dialogar com atores e políticas públicas envolvidos com a juventude no estado do Paraná. Para tanto, apresentamos informações epidemiológicas sobre a morbimortalidade dos jovens paranaenses, extraídos do Sistema de Informações Hospitalares (SIH); do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio da autorização de internação hospitalar (AIH), dos dados da Declaração de Óbito (DO) e das notificações de violência interpessoal e autoprovocada respectivamente.

“O uso da informação é uma das ferramentas e uma das estratégias de trabalho, uma vez que ela cumpre a necessidade de desvelar a violência, sua magnitude e características, para possibilitar seu enfrentamento.” (SÃO PAULO, 2015, p.32)

É importante destacar que as causas externas que compreendem as violências e acidentes, são a primeira causa da mortalidade da população jovem no país, conforme apontado no Atlas da Violência de 2020.

“No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. Esse fato mostra o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, na medida em que mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria.” (Cerqueira e Bueno, 2020)

No Paraná esta realidade não é diferente, os dados de mortalidade apontam que no ano de 2020 morreram 2.399 jovens, destas mortes as violências e acidentes representam 70% do total ocupando a 1ª causa de óbito nesta faixa etária. Os homicídios foram a principal causa de mortalidade neste público tirando a vida de 821 jovens, seguida de 753 mortes em decorrência de acidentes de transporte<sup>12</sup>terrestre.

Fazendo uma análise por gênero, identifica-se que a mortalidade juvenil atinge majoritariamente os homens jovens. Em 2020, 2.104 homens jovens morreram em decorrência de violências e acidentes, e 295 mulheres jovens morreram por estas causas no mesmo ano. Essa disparidade se acentua quando apresentado pelo coeficiente de

razão entre os sexos, para cada mulher jovem que morreu em decorrência de acidentes e violências, 7 homens jovens perderam a vida.

Contudo, além dos dados serem alarmantes, observa-se uma redução de 53% em comparação ao ano de 2011 com relação as mortes por agressão, esse decréscimo nos homicídios de jovens acompanha a melhora nos índices gerais de homicídios no país.

Com relação aos dados de internação hospitalar, no ano de 2020, foram internados 158.648 jovens no Paraná. Nas mulheres jovens, a primeira causa de internamento se refere a gravidez, parto e puerpério, representando 51% do total de internamentos de mulheres desta faixa etária. Já com relação aos homens jovens a primeira causa de internamento é relacionada às lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas representando 41% do total.

Outros dados relevantes se referem aos casos de violência interpessoal e autoprovocada, notificados no SINAN, para este fim são considerados três grupos de tipologia. A violência autoprovocada ou autoinfligida; violência interpessoal, que é a doméstica e comunitária; e violência coletiva, que é praticada por grupos, organizações terroristas, milícias, entre outras.

Do total de 30.073 casos notificados de violência interpessoal e autoprovocada no SINAN em 2020, no estado, 35% foram na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, sendo que 75% das violências ocorreram na residência. As violências mais prevalentes notificadas foram em primeiro lugar a física com 5.531 casos, seguida da violência psicológica/

moral com 2.355, negligência/abandono com 733 casos e a violência sexual com 706 casos. Com relação ao gênero o cenário se apresenta de forma diversa dos dados apresentados anteriormente sobre mortalidade, nos casos de violência interpessoal e autoprovocada as mulheres jovens são majoritariamente as mais impactadas, com 73% dos casos.

As informações sobre raça/cor apontam que 66% dos jovens se auto declararam brancos e 27% negros. Com relação aos dados sobre orientação sexual 71,5% dos jovens se declararam heterossexuais, 3,5% homossexuais e 0,8% bissexuais.

Esses dados epidemiológicos são corroborados pelas informações contidas no documento do Ministério da Saúde, Proteger e Cuidar de Adolescentes (2017), em geral, a população afetada pela violência letal são adolescentes e jovens do sexo masculino, conforme evidenciado nos dados apresentados. As adolescentes e jovens do sexo feminino são as maiores atingidas pelas violências doméstica/ intrafamiliar cometida geralmente por um conhecido próximo, em seus próprios lares. Estas violências raramente evoluem ao óbito, mas podem repercutir na saúde física e mental destas jovens. (BRASIL, 2017)

## VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO E JUVENTUDE INTERROMPIDA

Existem diversos fatores que explicam o problema do aumento elevado de acidentes no trânsito, alguns como o comportamento humano, a falta ou ineficiência da engenharia de tráfego, a inconsistência do transporte público, ou mesmo o aumento na população. Em uma conversa realizada com o atual responsável pela Assessoria de Planejamento do DETRAN/PR (2021), com o Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), setor este responsável pela análise e mapeamento criminal de cada ponto do Estado do Paraná, e a Superintendente de Trânsito da Capital, onde foram traçadas as características das vítimas fatais do trânsito, além dos efeitos que estes eventos têm nas taxas de mortalidade da população. No Brasil, infelizmente o índice é bem alto, os sinistros em ruas, estradas e rodovias ainda são os de acidente que mais causa mortes. O trânsito está em segundo lugar, perdendo apenas para<sup>13</sup>Violência Interpessoal:

Os jovens estão cada vez mais presentes nas estatísticas, os motoristas jovens precisam seguir todo cuidado e ficar cada vez mais atentos e seguir a risca as normas de trânsito, sempre diminuir a média de velocidade nos médios e grandes centros e o domínio do álcool segundo dados anuário estatísticos de trânsito do Paraná, (2019) também minimiza bastante o impedimento das mortes no trânsito. Para além do motorista, o observatório chama atenção para melhorias na infraestrutura e no projeto dos veículos (com áreas de absorção de impacto projetadas não só visando a redução das lesões nos seus ocupantes, mas também nas pessoas que podem ser gravemente sofrer atropelamento).

As maiores causas de mortes no trânsito são: falta de atenção do condutor, falta de atenção do pedestre, desobediência as normas de trânsito, violência incompatível e ultrapassagem indevida.

A triste realidade do nosso Brasil em relação ao trânsito, segundo informações obtidas pela Organização Mundial da Saúde cada 15 minutos 01 vida é perdida, essas intervenções são mais que indispensáveis: o Brasil está em quarto lugar entre os países com maior quantidade de mortes em acidentes de trânsito no mundo, de definição com estudo e informações de 2019 da Organização Mundial da Saúde (OMS, Apud CISA. 2018), permanecendo atrás unicamente da China, Índia e Nigéria.

Em 2018, exemplificando, o rol de brasileiro resultou a lastimável marca de 23,4 mortes por 100 mil habitantes, considerada muito alta. (Conforme informações do Detran Paraná)

Em relação ao ano de 2020, segundo informações do DETRAN Paraná a quantidade de vítimas no trânsito sem ferimentos em todo Paraná são de 10.054 jovens, com ferimentos 11.339, óbitos posterior 53, óbitos no local, 268 e os não informados 876, totalizando 22.590 jovens de 18 a 29 anos.

13 “Violência interpessoal é uma classificação de violência dividida em duas categorias: a violência familiar e conjugal que em geral ocorre no próprio lar e a violência comunitária que acontece fora do lar, entre pessoas que não têm vínculos de parentesco ou entre pessoas que podem ou não se conhecer. A violência familiar e conjugal inclui os maus-tratos de menores, a violência doméstica e os maus-tratos a pessoas idosas. A violência comunitária inclui a violência entre jovens, estupro, agressão sexual de estranhos e a violência em ambientes institucionais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. Quando a violência interpessoal ocorre nas famílias, suas consequências psicológicas podem afetar os pais, as crianças e seu relacionamento a curto e longo prazos”

Vejamos:

Ano	Resultado	Faixa Etária	Qtd. Vítimas
2020	Não informado	03 - Entre 18 e 29 anos	876
	Sem Ferimentos		10.054
	Ferimento		11.339
	Óbito Posterior		53
	Óbito no Local		268
	<b>TOTAL</b>		<b>22.590</b>

Fonte: Detran /PR- Assessoria de Planejamento - APL

Já no primeiro semestre de 2021 (janeiro a junho), devido à pandemia e mais de 500 mil vidas ceifadas devido à infecção da covid-19, os números de jovens no trânsito continuam assustadores em todo Estado.

Vejamos:

Ano	Resultado	Faixa Etária	Qtd. Vítimas
2021	Não informado	03 - Entre 18 e 29 anos	350
	Sem Ferimentos		4.419
	Ferimento		4.715
	Óbito Posterior		31
	Óbito no Local		129
	-		15
	Sem Ferimentos		1
	Ferimento		1
	-		18
	<b>TOTAL</b>		<b>9.678</b>

Fonte: Detran/PR - Assessoria de Planejamento - APL

Como mostramos acima, os números no estado são assustadores, os acidentes de trânsito têm um impacto de grande repercussão na mortalidade da população paranaense. O acréscimo da frota verificado nos últimos anos, a inexistência de planejamento urbano e de manutenção das vias públicas aliadas à inaptidão de alguns condutores e comportamentos de risco como o uso de bebidas alcoólicas ao dirigir veículos aumentam as estatística do trânsito considerando-o como um dos mais violentos e tornando em uma contrariedade de saúde pública.

A cada ano milhares de vidas são ceifadas prematuramente devido a lesões e politraumatismo gerados por acidentes de trânsito no estado do Paraná. Este estudo faz uma sondagem de algumas estatísticas atuais da realidade do trânsito ressaltando os índices de óbitos, a fim de traçar um quadro dos acidentes mais comuns e o desfecho dos mesmos para a vida dos envolvidos, além do que traçar um perfil dessas vítimas, por sexo e idade.

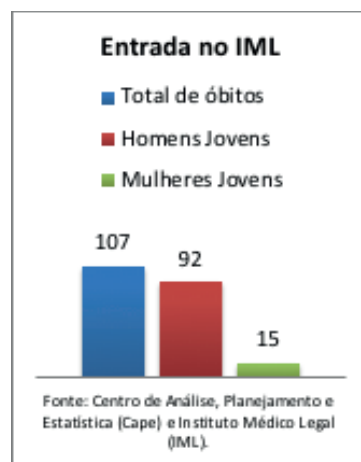
Devido a Covid-19, o Brasil já ceifou mais de 500 mil vidas entre 2020 até a atual data, suas consequências, limitações e orientações para permanecer em suas residên-

cias devido ao perigo de contágio, ou seja, o trânsito na capital paranaense matou mais durante a pandemia, lamentavelmente, de acordo com a narrativa do programa Vida no Trânsito, narração esta regularmente publicada em maio, quando é realizado o<sup>14</sup> Maio Amarelo

De acordo com os dados Do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), junto com o instituto legal (IML), na capital paranaense (Curitiba), a análise dos óbitos por faixa etária e sexo é possível apontar o homem jovem (18 a 29 anos) como a principal vítima fatal. Dos 107 óbitos ocorridos nesta faixa etária de 2020 até junho/2021, 92 foram de pessoas do sexo masculino e 15 do sexo feminino.

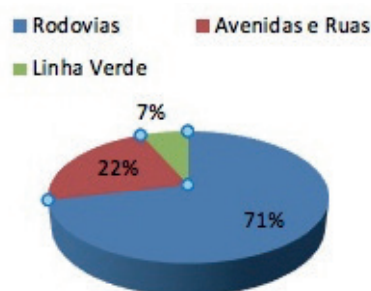
Vejamos:

**Meio de Agressão: Acidente de Trânsito; Ano da entrada no IML: 2020 a Junho/2021; Município: Curitiba; Faixa etária: 18 a 29 anos; Gênero: Masculino e Feminino**



Agora, justificando os tipos de via, 71 dos acidentes aconteceram em ruas e avenidas da capital. Em rodovias, o percentual de acidentes com óbitos em rodovias foi de 22 e 7 dos acidentes com vítimas fatais, foram na Linha Verde. Nesta análise optou-se por destacar a Linha Verde por suas peculiaridades diferenciada de via que apesar de ser BR, apresenta aspecto de avenida em sua parte já reformulada.

**Subdivisão de óbitos, de acordo com os tipos de via. Curitiba, 2020**



Fonte: Comissão de coleta de dados, análise e gestão da Informação - Programa Vida no Trânsito Curitiba

14 Maio amarelo, que nada mais é que um “movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito, ele chama a atenção da população para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. O amarelo simboliza a atenção, a sinalização e a advertência presentes no trânsito.”



# PLANO DE AÇÃO



O presente capítulo apresenta o plano de Ação, contendo o planejamento das ações de todos os entes da esfera estadual que possuem atribuições em relação à garantia dos direitos da população Jovem no estado do Paraná. O Plano de Ação está separado pelos onze eixos contemplados no Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Para a leitura mais dialética das propostas elaboradas no Plano e ação, apresentamos na forma de um quadro contendo as seguintes colunas:

**Objetivos:** Prioriza as ações do que se quer atingir, para o alcance da garantia do direito em questão.

**Ações:** Estabelece algo a ser alcançado, deixa evidentes as ações que serão desenvolvidas para atingir o objetivo proposto.

**Metas:** Trata-se dos resultados esperados pela ação, apresentados de forma mensurável.

**Indicadores:** Apresenta a forma estabelecida para medir o cumprimento da meta.

**Responsável:** Ente responsável pela Coordenação para a articulação e execução da ação estabelecida.

As planilhas do **PLANO DE AÇÃO** estão disponíveis no link  
**<http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Conselho-Estadual-da-Juventude>**

### OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do Plano Estadual das Juventudes do Paraná é a promoção articulada de metas e ações envolvendo políticas setoriais e transversais para a população jovem, de modo a assegurar condições plenas de acesso aos direitos universais garantidos no Estatuto da Juventude (2013), que acima de tudo, dizem respeito às peculiaridades geracionais do jovem paranaense.

### OBJETIVOS EXPECIFICOS DOS EIXOS

#### **Eixo 1 - Direito à Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil**

Neste eixo, o direito em questão dá enfoque na base de sustentação dos governos democráticos, a concepção de cidadania e sua intrínseca noção de direito de participação. No Brasil, devido ao processo de colonização e os períodos de ditadura, o início das tradições democráticas começam nas últimas décadas do século XX, quando os princípios dos direitos sociais, civis e políticos são defendidos pelos movimentos sociais e se ramificam na esfera pública, perpassando as normativas constitucionais. Apesar destas conquistas, as desigualdades sociais e ondas de pensamentos conservadores e reacionários dificultam a consolidação das conquistas. Deste modo, torna-se essencial desenvolver objetivos voltados à garantia do conjunto dos direitos que configuram a cidadania e o desenvolvimento de estratégias para participação política.

Nesse sentido, para que uma sociedade seja considerada democrática, torna-se necessária a concretização dos direitos de todos(as) os(as) cidadãos(ãs). Diante deste quadro, é fundamental alavancar os mecanismos que garantam à juventude a concretização de seus pleitos, que visam incorporar os direitos à participação. As demandas de participação referem-se a uma gama de necessidades que visam estimular a atuação da juventude nos processos decisórios, seja por meio da atuação e do fortalecimento das instâncias de participação social, como grêmios, espaços de convivência e outros, seja por meio da atuação sistemática nos espaços de poder pela via da candidatura a cargos eletivos. (Plano Nacional, 2018, pg. 26)



# **METODOLOGIA**

## DE CONSTRUÇÃO DO PLANO

A coordenação de políticas para a Juventude do Estado do Paraná deliberou junto ao Conselho Estadual da Juventude do Estado, o presente Plano Estadual, fundamentado na interdisciplinaridade e interinstitucionalidade dos membros do Conselho.

De acordo com o Grupo de trabalho do Plano Estadual da Juventude, foram pautados os 11 Eixos temáticos que contemplam o Estatuto da Juventude, dos quais foram sistematizados os Objetivos, metas e ações, indicadores e responsáveis.

As propostas recebidas por meio dos ofícios enviados pela coordenação e respondidos pelas secretarias do Estado do Paraná foram imprescindíveis para a elaboração das ações, projetos e programas que são desenvolvidas ao Público Jovem.

Para compor o Plano Estadual elaborou-se uma consulta pública que foi aplicada nos dias 08 de janeiro a 11 de fevereiro de 2021. A fim de subsidiar o processo de tomada de decisão, cumprindo as normas da administração pública, para atender aos anseios da população, a consulta pública foi disponibilizada via plataforma digital, com o propósito de receber a contribuição dos

cidadãos Paranaenses, para a elaboração do referido, foi aplicada por meio de uma plataforma digital disponibilizada pelo link de acesso: **<http://www.questionarios.celepar.pr.gov.br/index.php/864419/lang-pt-BR>**, elaborado e sistematizado pelo grupo de trabalho do Plano Estadual, a consulta pública foi divulgada pelos Conselhos Estaduais e Municipais da Juventude e pelo Governo do Estado, teve como principal meio de divulgação as mídias sociais.

A consulta Pública obteve 431 respostas, entre elas 60 respostas foram completas, sendo respondidos os objetivos, metas e ações, as 371 respostas contribuíram em pelo menos um eixo, sendo eles, ou objetivo, ou metas, ou ação.

Os conselheiros foram realizando ajustes e aperfeiçoaram ações e propostas, conforme os conhecimentos específicos de cada instituição representada.

As contribuições dos servidores do Estado e da sociedade civil, sucedida das Consultas Públicas, foram discutidas em reunião ordinária do Conselho, para deliberação e análise das contribuições da sociedade civil que foram incorporadas no Plano.



# **ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO**

DO PLANO ESTADUAL DA JUVENTUDE

O Plano Estadual da Juventude no Estado do Paraná é um documento que visa estabelecer um planejamento em médio prazo para os próximos cinco anos, no Estado do Paraná, envolvendo também a Sociedade Civil organizada, para que se estabeleça a soma dos esforços em prol a Juventude, recursos e ações, com o monitoramento, elaborado, integrando as políticas desenvolvidas a população jovem no estado do Paraná.

Tendo como objetivo a implementação efetiva do Plano Estadual da Juventude, com relação ao Estatuto da Juventude, há necessidade de realizar o acompanhamento e avaliação das propostas mencionadas no referido Plano, monitoradas e desenvolvidas pela equipe técnica de cada Órgão, Secretárias e pelo Conselho Estadual da Juventude Paranaense (CEJUV), mencionando as responsabilidades e as formas de coleta dos dados e suas análises.

Para monitoramento deverá ser atendido como um processo permanente, que ocorrerá durante o processo de execução do plano quinquenal. Sendo assim os responsáveis pelas ações deverão efetuar um acompanhamento contínuo realizado de dois em dois anos, sendo acompanhadas as suas etapas atentamente, realizando o registro contínuo das ações apresentadas, criando uma estrutura para o monitoramento final.

Fica por responsabilidade da Assessoria técnica de Políticas para a Juventude a mobilização de reunião bienal para o monitoramento do Plano.

Se tratando de um importante instrumento o monitoramento contribui para acompanhar as metas e os prazos de execução e implementação das ações. A avaliação que também é um processo de im-

portância permite uma ação reflexiva de todo o processo percorrido e a expressão dos resultados alcançados para a efetivação das políticas públicas. Sendo assim é necessário criar um fluxo de monitoramento e avaliação das ações dos órgãos responsáveis que possuem a incumbência em relação às ações desenvolvidas.

Os órgãos ou instituições envolvidas, responsável pelo Plano de ação SEJUF, SESP, SEPL, SECC, SEED, SEAB, SESA e sociedade Civil organizada que deverá acompanhar as ações em Constância, verificando se as metas instituídas estão próximas a serem atingidas, organizando a coleta e as análises dos dados, mantendo o registro das ações previstas de dois em dois anos, a equipe deverá encaminhar relatórios ao comitê de monitoramento, contendo as informações quanto ao cumprimento das metas de acordo com o que consta no plano de ação.

Referente ao comitê ficará responsável em verificar as ações previstas, se foi desenvolvida adequadamente as ações contempladas. Para a elaboração do plano quinquenal será realizado um relatório único, a ser encaminhado para a Assessoria Técnica de Políticas para a Juventude no período bianual, a partir da data de publicação do Plano Estadual. Será avaliada cada uma das metas e será realizada uma análise comparativa da situação da Juventude no Estado do Paraná, verificando se houve avanços, permanência ou retrocessos na realidade da Juventude Paranaense.

No Quinto ano será elaborado um relatório feito pela Assessoria Técnica de Políticas para a Juventude, considerando todo o período de vigência do plano. A fim de analisar os avanços indicando novos caminhos

para a continuidade das políticas elaboradas em prol à Juventude no Paraná.

Como o Plano Quinquenal é um planejamento realizado em médio prazo, elaborado de acordo com a pesquisa realizada pelo IPARDS no ano de 2017, referente à realidade socioeconômica da Juventude Paranaense. Nesse cenário o Plano Estadual da Juventude deve ser um plano dinâmico e flexível, sendo assim no momento de avaliação é possível realizar propostas, alterações, redefinições, repactuação e ajustes necessários, visando sempre à efetividade e eficácia das Políticas Públicas elaboradas para a Juventude.

A fim de facilitar a visualização do processo de monitoramento e avaliação do Plano Quinquenal, apresenta-se a baixo uma tabela, com as principais atividades:

Ação	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Implementação do Plano Quinquenal	X					
Acompanhamento das ações	X	X	X	X	X	X
Monitoramento e avaliação		X		X		
Apresentação dos resultados			X		X	
Avaliação final					X	
Atualização do Marco Situacional						X



# **REFERÊNCIAS** **BIBLIOGRÁFICAS**



ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p.

BRASIL. Ministério da saúde, Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

MARGULIS, Mário e URRESTI, Marcelo. (1996) .Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud, Buenos Aires :Biblos. – in BRASIL....ipea....

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli. ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: ENTRE CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS. IN: CADERNOS DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UFSCAR. São Carlos, Jul-Dez, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65>. Acessado em 15 de setembro de 2020.

PAIS. A construção sociológica da juventude—alguns contributos”. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTANA, Márcio Santos de. A categoria Juventude na pesquisa histórica: notas. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312378682\\_ARQUIVO\\_MarcioSantosdeSANTANA.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312378682_ARQUIVO_MarcioSantosdeSANTANA.pdf). Acessado em 15 de setembro de 2020.

FERNANDES, 2015. [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17672\\_8290.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17672_8290.pdf)

REVISITANDO AS ORIGENS DO TERMO JUVENTUDE: A DIVERSIDADE QUE CARACTERIZA A IDENTIDADE GUIMARÃES, Gilselene Garcia – Colégio Estadual Miguel Couto – gilse\_gg@yahoo.com.br GRINSPUN, MírianPauraSabrosaZippin – UERJ – mzippin@yahoo.com.br GT-20: Psicologia da Educação. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT20-4136--Int.pdf>

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domic%C3%ADlios&oldid=59893014](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domic%C3%ADlios&oldid=59893014)>. Acesso em: 29 Abril. 2021.

Brasil. Secretaria Nacional de Juventude. Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p.

MARGULIS, Mário e URRESTI, Marcelo. (1996) . Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud, Buenos Aires : Biblos. – in BRASIL....ipea....

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli. ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE: ENTRE

CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: <http://www.cadernosde-terapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65>. Acessado em 15 de setembro de 2020. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106

PAIS. A construção sociológica da juventude—alguns contributos”. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>

SANTANA. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312378682\\_ARQUIVO\\_MarcioSantosdeSANTANA.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312378682_ARQUIVO_MarcioSantosdeSANTANA.pdf)

FERNANDES, 2015. [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17672\\_8290.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17672_8290.pdf)

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). Atlas da violência 2020. Brasília: Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf). Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

FIOCRUZ. Impactos da Violência na Saúde. Organizado por KathieNjaine... [et al.] - 4.ed. atualizada - Rio de Janeiro, RJ: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Fiocruz, 2020.

SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Coordenação da Atenção Básica. Linha de Cuidado para atenção integral às pessoas em situação de violência. São Paulo, SP; 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLA, Rosângela, Programa Vida no Trânsito. Publicação em 2021. Disponível em: <<https://saude.curitiba.pr.gov.br/images/Informa%20a7%20b5es%20PVT%202020.pdf> /> Acesso em: 15 de Junho de 2021;

CLARO, Clarisse, MAIO AMARELO: ENTENDA O QUE É E SUA IMPORTÂNCIA, Publicação em 2021. Disponível em: <<https://falauniversidades.com.br/maio-amarelo-entenda-o-que-e-e-sua-importancia/#:~:text=O%20Maio%20Amarelo%20%C3%A9%20um%20movimento%20internacional%20de,a%20sinaliza%20%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20advert%C3%Aancia%20presentes%20no%20tr%C3%A2nsito./>> /> Acesso em 17 de Junho de 2021;

BBC ,News, As maiores causas de morte de jovens no Brasil e no mundo, segundo a OMS . Publicação em 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/as-maiores-causas-de-morte-de-jovens-no-brasil-e-no-mundo-segundo-a-oms.ghtml/>> Acesso em: 22 de Junho de 2021;

BRASÍLIA- DF, Ministério da Saúde, Mortalidade por acidentes de transporte terrestre no Brasil. Publicação em 2007. Disponível em : <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro\\_mortalidade\\_transito.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_mortalidade_transito.pdf)> Acesso em: 23 de Junho de 2021;

COVID Brasil, Painel Atualizado do Coronavírus. Disponível em <<https://covid.saude.gov.br/>> acesso em 28 de Junho de 2021.

SARAGIOTTO, Daniela, Mortes no Trânsito: Tráfego brasileiro mata 1 pessoa a cada 15 minutos. Publicação em 2020. Disponível em: <<https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-com-seguranca/mortes-no-transito-brasileiro-mata-1-pessoa-a-cada-15-minutos/>>; Acesso em 29 de Junho de 2021;

ALCANTARA, Pietra, Quais são as cinco maiores causas de mortes no trânsito. Publicação em 2020. Disponível em: <<https://trucao.com.br/quais-sao-as-5-maiores-causas-de-mortes-no-transito/>> Acesso em 01 de Julho de 2021;

WIKIPÉDIA, Violência, Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%Aancia>> Acesso em 01 de Julho de 2021;

PARANÁ, Educação para o trânsito, Você no trânsito – Jovem. Disponível em <<http://www.educacaotransito.pr.gov.br/pagina-218.html/>> Acesso em: 01 de Julho de 2021;

BRASIL. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PNAD 2015: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PNAD 2017: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. PNAD 2018: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Planejamento a Próxima Década: Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2018.

Cerqueira, D, ET AL. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: IEA, jun./2018. FAVA, R. Educação para o Século 21.1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. União dos Estudantes, História da UNE <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> acesso em 04 de janeiro de 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luseni Maria de; ANDRADE, Carla Coelho

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

de; Juventude e Políticas Públicas Sociais no Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA 2009.

STEIN, Cristiane Antunes; Por Deus e Pelo Brasil, “A Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945)” 2008.

DIAS, Fabiana; Semana de Arte Moderna, Educa mais Brasil, Matéria online Site: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/artes/semana-de-arte-moderna> acesso em: 06 de janeiro de 2021.

SILVA, Daniel Neves. “O que foi o tenentismo?”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-tenentismo.htm>. Acesso em 06 de janeiro de 2021.

PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Partidos\\_pol%C3%ADticos\\_no\\_Brasil&oldid=59357250](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Partidos_pol%C3%ADticos_no_Brasil&oldid=59357250)>. Acesso em: 06 de janeiro de 2021.

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Uni%C3%A3o\\_da\\_Juventude\\_Comunista&oldid=59750577](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Uni%C3%A3o_da_Juventude_Comunista&oldid=59750577)>. Acesso em: 7 janeiro. 2021.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A%C3%A7%C3%A3o\\_Integralista\\_Brasileira&oldid=60146835](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A%C3%A7%C3%A3o_Integralista_Brasileira&oldid=60146835)>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ATO INSTITUCIONAL N.º 5. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A->

to\_Institucional\_n.%C2%BA\_5&oldid=59991275>. Acesso em: 7 janeiro. 2021.

JORNADAS DE JUNHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=-Jornadas\\_de\\_Junho&oldid=60115683](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=-Jornadas_de_Junho&oldid=60115683)>. Acesso em: 08 jan. 2021.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Direitos da Juventude, Apresentação. <<http://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Direitos-da-Juventude>> Acesso em 11 de Janeiro de 2021.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 17, n. 2, 2010.

Barbosa, Analedy Amorim, and S. Maria das Graças. “A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância.” EXAMÃPAKU 1.1 (2013).



**CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR**  
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

**NEY LEPREVOST**  
SECRETÁRIO DE JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO